ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

GEOGRAFIAS NEGRAS



REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

ANPEGE 30 ANOS

DOI 10.5418/RA2023.V19I38.15739

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS GEOGRAFIAS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS GEOGRAFIAS NEGRAS NO BRASIL

Considerations about the geographies of ethnic-racial relations and the black geographies in Brazil

Consideraciones sobre las geografías de las relaciones étnico-raciales y las geografías negras en Brasil

DIOGO MARÇAL CIRQUEIRA

Instituto de Educação de Angra dos Reis – Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF)

MARIZA FERNANDES DOS SANTOS

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo: A Geografia brasileira tem sido provocada, principalmente a partir dos anos 2000, a reconhecer o segmento étnico-racial como constituinte do espaço e, portanto, objeto de estudo da disciplina. Os agentes dessa provocação são, principalmente, um grupo de geógrafos, em sua maioria negros, que, preservando suas individualidades, buscam agir de forma coletiva no sentido de construir uma perspectiva racializada para a Geografia. Tal grupo tem suas raízes na histórica luta dos movimentos negros brasileiros por acesso à educação e, mais recentemente, aos espaços institucionais de produção de conhecimento. Em tal contexto, este artigo apresenta um panorama do que vem sendo denominado de "Geografias das relações étnico-raciais" e "Geografias Negras" no Brasil. Buscamos realizar uma síntese das leituras desenvolvidas nesse campo, apontando as principais perspectivas, abordagens e temas. De forma propositiva, apresentamos uma proposta de agenda para complexificar e ampliar as interpretações das Geografias Negras.

Palavras-chave: Geografias Negras, Raça, Relações Étnico-raciais

Abstract: Brazilian Geography has been questioned, mainly since the 2000s, to recognize the ethnic-racial element as a constituent of space and, therefore, as an object of study of the discipline. The agents of this provocation are mainly a group of geographers, for the most part, blacks, who preserve their individualities but seek to act collectively in order to build a black perspective on Geography. This group has its roots in the historic struggle of black Brazilian movements for access to education and, more recently, to access the institutional spaces of knowledge production. In this context, this article presents an overview of what has been called "Geographies of ethnic-racial relations" and "Black Geographies" in Brazil. We produced a synthesis of the readings in this field, focusing on the main approaches, readings, and themes. Finally, we present a proposal for an agenda to complexify and expand the interpretation of Black Geographies.

Keywords: Black Geographies, Race, Ethnic-Racial Relations

Resumen: La Geografía brasileña ha sido provocada, principalmente desde la década de 2000, a reconocer el elemento étnico-racial como constituyente del espacio y, por lo tanto, objeto de estudio de la disciplina. Los agentes de esta provocación son principalmente un grupo de geógrafos, en su mayoría negros, que, preservando sus individualidades, buscan actuar colectivamente para construir una perspectiva racializada de la Geografía. Este grupo tiene sus raíces en la lucha histórica de los movimientos negros brasileños por el acceso a la educación y, más recientemente, a los espacios institucionales de producción de conocimiento. En este contexto, este artículo presenta un panorama de lo que se ha denominado "Geografías de las relaciones étnico-raciales" y "Geografías negras" en Brasil. Realizamos una síntesis de las lecturas desarrolladas en este campo, señalando las principales perspectivas, enfoques y temas. De manera propositiva, presentamos una propuesta de agenda para complicar y ampliar las interpretaciones de las Geografías Negras.

Palabras clave: geografías negras, raza, relaciones étnico-raciales

INTRODUÇÃO

> Reivindicamos professores negros para os “Black Studies”. Não é que acreditamos que apenas os negros podem entender a experiência negra. É porque, antes de tudo, conhecemos a diferença entre a realidade e a crítica assim como a diferença entre o hospedeiro e o parasita (June Jordan, “Black Studies: bringing back the person”)

As pesquisas relacionadas à questão racial na Geografia brasileira têm crescido desde os anos 2000, conforme apontam os estudos de Cirqueira e Corrêa (2014), Fernandes (2020) e Oliveira (2020). A produção nesse campo centra-se principalmente na compreensão de que raça e racismo devem ser objeto de estudo da Geografia, especialmente no contexto brasileiro. Os geógrafos e geógrafas que se debruçam sobre o tema buscam construir um arcabouço teórico para analisar os rebatimentos espaciais das relações raciais, a partir de uma compreensão de que a raça, enquanto elemento regulador das relações sociais, também se revela e é revelada no e pelo espaço.

Tais pesquisas também lançam um olhar crítico para as bases epistemológicas da disciplina, que, apesar de ter silenciado sobre o tema, tem sua origem e institucionalização marcadas pela reprodução de estereótipos e visões racistas (Cirqueira, 2015; Marcelino, 2018) que perduram nos dias atuais e aparecem em discursos reproduzidos por alguns geógrafos contemporâneos. A revisão crítica acerca dessas discussões tem sido estabelecida principalmente, mas não exclusivamente, por pesquisadores negros e negras, que buscam ir além da catalogação de desigualdades ao questionar lógicas e formas excludentes de produção do conhecimento. Tendo em vista que a Geografia é uma disciplina forjada no fogo do eurocentrismo, do colonialismo e da supremacia branca (Noxolo, 2017), busca-se, agora, instrumentá-la para a justiça social ao se proporem perspectivas outras e diversificar suas bases teórico-epistemológicas.

Além de tentar construir um horizonte de estudos para a questão racial na Geografia brasileira, uma parte dos geógrafos interessados nesse tema tem interpelado as instâncias representativas da ciência geográfica, como a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), para que esse movimento seja reconhecido e valorizado. Nesse sentido, um marco recente é a publicação do manifesto “Por uma Geo-grafia Negra” durante o XIII Encontro da Anpege (Enanpege), em setembro de 2019.

O documento, assinado por representantes de 20 diferentes núcleos de estudos, laboratórios, grupos e instituições de ensino das cinco regiões brasileiras, apresenta o horizonte de interesses do grupo, que abarca a formação social brasileira e africana do ponto de vista étnico, racial, cultural, diaspórico e espacial, assim como sua relação com o sistema-mundo em uma perspectiva atlântica. No documento é enfatizado:

> Em nosso entendimento, a racialidade, a etnicidade e a africanidade constituem o espaço em sua ontologia – na conformação das relações e das práticas sociais, raciais, étnicas, de gênero e sexuais –, o território em suas várias configurações e escalas de poder e os lugares qualificados pela diferença. As questões para uma geo-grafia negra podem ser observadas e acionadas no espaço urbano (na segregação, nos

> territórios e lugares, na espacialidade dos movimentos sociais; no rural (na terra, nos quilombos); nos estudos de população (nos percentuais populacionais, nos projetos de genocídio negro), no ensino, na educação e na escola (como conteúdo – a temática étnico-racial e africana, como metodologia – as pedagogias negras e africanas, como corpos – docente, discente e técnico e na relação escola-bairro ou comunidade); no ambiente (nas situações de vulnerabilização das terras indígenas e quilombolas, dos riscos socioespacias e socioambientais e de racismo ambiental); nas trajetórias e corporeidades de sujeitos individuais e coletivos em suas diferentes espacialidades e territorialidades (*Por uma geo-grafia negra*, 2019).

Ao tempo em que assume que o movimento por uma Geo-grafia negra é diverso, composto por geógrafos e geógrafas de distintas trajetórias de formação e atuação, o Manifesto apresenta as demandas do grupo às instituições geográficas:

> [...] ter condições e recursos de estudo e pesquisa das temáticas étnica, racial e africana, seja em equipes diversas – étnica e racialmente – ou em grupos negros; ter nos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação a possibilidade de estudar estas temáticas na perspectiva da autoria negra de Geografia e áreas afins; reconhecer o estatuto epistemológico de um conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive aqueles produzidos por mestres/as do saber e pela militância; ter como perspectiva, no horizonte das políticas de ações afirmativas, a implantação de cotas étnico-raciais e o aumento do número de geógrafos/as negros/as como docentes do ensino superior (*Por uma geo-grafia negra*, 2019).

As reivindicações, que vão desde condições materiais até o reconhecimento do estatuto epistemológico dos conhecimentos negros, indicam que o grupo ainda luta para construir o seu espaço no interior da ciência geográfica. Nesse sentido, apesar da publicação do Manifesto poder ser considerada um avanço, também revela que a temática étnico-racial está longe de ser assimilada enquanto um "objeto" de estudo da Geografia. O cenário parece ainda mais complexo quando analisamos o contexto de surgimento desse movimento, que não é recente e soma-se à histórica luta dos movimentos negros brasileiros por acesso à educação e à produção de um conhecimento que dialogue com suas pautas e questões. De forma panorâmica e em diálogo direto com a Geografia, algumas publicações dão vazão a esse debate e expressam essa tensão no interior da disciplina. Destacamos aqui, em especial: *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais* (Santos, 2013), *Questões urbanas e racismo* (Santos, 2012), *Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero* (Costa; Ratts, 2018), *Caderno temático: Geografias negras* (Cirqueira *et al.*, 2020) e *Pensamentos geográficos africanos e indígenas* (Lima-Papayá *et al.*, 2021).

Apesar disso, é importante mencionar que o tema das relações raciais e étnicas não é novo se tomarmos a história do pensamento geográfico. Tanto entre os supostos fundadores europeus da disciplina, quanto entre os geógrafos que atuaram e buscaram interpretar o Brasil, essa discussão está presente. Isso pode ser notado em Ratzel (1906) e La Blache (2011), bem como em escritos de Monbeig (1947) e Deffontaines (1945) sobre a "migração do tipo branca" no Brasil; e Delgado de Carvalho (Cirqueira, Souza, 2021) e Everardo Backheuser (1926-1927) sobre as diferenças regionais e o desenvolvimento

da nação. Esses ideais se proliferaram por todo o século XX no interior do pensamento geográfico brasileiro (cf. Azevedo, 1975[1969]). A partir dessas referências, que por vezes evidenciam visões conservadoras e racistas em seus argumentos, o que temos agora é a apropriação da Geografia como uma ferramenta da luta antirracista para dirimir desigualdades e demolir mundos antinegros.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise panorâmica sobre o que vem sendo denominado como "Geografias das relações raciais ou étnico-raciais" e "Geografias negras" no contexto brasileiro. As nossas referências para compor as discussões aqui são a crítica e a agenda proposta no manifesto "Por uma geo-grafia negra" (2019), os levantamentos sobre a produção das relações étnico-raciais no campo da Geografia (Cirqueira e Corrêa, 2014; Fernandes, 2020; Oliveira, 2020; Santos, 2018; Silveira e Melo, 2021) e os ensaios teórico-interpretativos sobre as "Geografias das relações étnico-raciais" e as "Geografias negras" (Cirqueira, 2015; Marcelino, 2020; Lenzi e Nogueira, 2021; Ratts *et al.*, 2017; Souza *et al.*, 2020). Buscamos, por um lado, apresentar uma síntese das leituras realizadas nesse campo ao debater as principais perspectivas, abordagens e temas estudados e, por outro, apontar algumas lacunas e ausências. Ressaltamos que essa é uma leitura parcial, perspectiva e posicionada, que expressa o entendimento do autor e da autora. Longe de colocar um ponto-final nos debates sobre essa discussão, pretendemos organizar um conjunto de ideias que vêm sendo produzidas e operacionalizadas no âmbito da Geografia, a fim de qualificar o debate.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresentamos o contexto de emergência do movimento de geógrafos(as) negros(as) em sua relação com a atuação dos movimentos negros pela educação, com foco no "Movimento negro de base acadêmica" e na eclosão de estudos sobre a questão racial a partir da implantação de políticas de ação afirmativa no campo educacional brasileiro. Em seguida, abordamos o debate conceitual em torno das "Geografias das relações étnico-raciais" e das "Geografias Negras", analisaremos algumas das bases teóricas que fundamentam essas perspectivas e os giros teóricos que lhes atravessam na atualidade; assim como alguns dos principais temas estudados onde essas perspectivas se expressam. Por fim, apontamos alguns dos caminhos a trilhar e pontes a construir em direção à constituição/vislumbre das Geografias Negras.

O "Movimento Negro de base Acadêmica" e o campo da Geografia no Brasil

Embora as concepções epistemológico-políticas das Geografias das relações raciais e Geografias Negras sejam recentes, essas perspectivas estão ligadas às visões políticas de intelectuais-ativistas do movimento negro dos anos de 1970-1980. Para compreender o contexto de emergência desse campo de pesquisa, é importante lançar um olhar para um movimento que ocorreu em diferentes áreas científicas e instituições no período e que, posteriormente, foi denominado por Ratts (2007; 2011) de "movimento negro de base acadêmica".

> Ele se caracteriza pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros (Ratts, 2011, p. 28).

Antes de adentrarmos na discussão sobre o "movimento negro de base acadêmica", cabe ressaltar que esse tipo de organização surgiu no contexto da histórica luta dos movimentos negros brasileiros pelo acesso à educação, uma das principais reivindicações das organizações negras desde o seu surgimento, no período do pós-abolição (Alberto, 2011; Domingues, 2008), e que permanece como uma pauta prioritária até o período atual. Foram diversas as estratégias adotadas pela população negra para garantir o acesso aos espaços de educação formal, como a criação de escolas mantidas exclusivamente por entidades como a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada na década de 1930, as frentes de alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva popular organizada pelo Teatro Experimental do Negro na década de 1950, os cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes (1980-1990) e, mais recentemente, a conquista de políticas de ações afirmativas para estudantes negros no ensino superior.

Gomes (2017), ao propor a noção de Movimento Negro Educador, avalia que, no final da década de 1970, com a rearticulação nacional de diversas entidades negras para a formação de uma frente de luta, o Movimento Negro Unificado (MNU), originou-se uma geração de intelectuais negros que, atualmente, são importantes referências nos estudos sobre relações raciais. Na análise da autora, esse movimento causou consideráveis efeitos no campo da educação, tendo em vista que os intelectuais/militantes produziram estudos que não somente desvelavam o racismo presente nos diversos níveis de ensino formal, mas também apresentaram estratégias para promover a superação do racismo.

Na década de 1970, imersos nos debates sobre as relações raciais que se deflagraram com o afrouxamento da ditadura, muitos(as) intelectuais negros(as) enfatizavam que um dos problemas do racismo no Brasil era a forma como ele era interpretado, marcado por uma visão parcial e estritamente branca; as ciências sociais brasileiras eram parte do problema da reprodução do racismo no país ao difundir e legitimar essas perspectivas (Ramos, 1995; Nascimento, 1978). Nesse contexto, alguns ativistas viram, nas universidades ou em instituições produtoras de conhecimento, um campo de ação e atuação para a desconstrução do racismo. Um "movimento negro de base acadêmica", como já mencionado, constituiu-se no intuito explícito de minar as bases epistemológicas, teóricas e ideológicas do racismo no Brasil. Com essa finalidade, foram formados coletivos e grupos como o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) e o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN), na Escola de Medicina Paulista. Tais grupos realizaram, durante anos, atividades, estudos e publicações buscando justamente apresentar outra perspectiva sobre as relações raciais brasileiras, baseada principalmente no ponto de vista de sujeitos e grupos negros. Um marco dessas atividades foi a realização, em 1977, da Quinzena do Negro na USP, em cuja programação havia conferências, debates, apresentação de filmes e uma exposição de jornais da imprensa negra. Esse evento foi inovador, não só porque trazia uma discussão

nova, mas, principalmente, porque teve à frente, majoritariamente, pesquisadores e intelectuais negros(as), algo inédito nas universidades brasileiras até então, visto que racialmente segregadas.

Nesse sentido, alguns intelectuais negros(as), ao compreenderem que a forma como os sujeitos experienciam as relações raciais brasileiras afeta a maneira como as interpretam (RAMOS, 1995), ressaltaram a necessidade de "enegrecimento" dos campos científicos no Brasil, constituídos majoritariamente por pessoas brancas da classe média. Essa proposta tinha, como propósito, não somente incluir pessoas negras em instituições produtoras de conhecimento, mas, a partir desses sujeitos, deflagrar outras visões sobre as relações raciais e o racismo no Brasil. "Negros falando de negros, negros falando de brancos e uma nova visão do problema racial", como exprimia um dos objetivos da "Quinzena do Negro na USP" (DA SENZALA AO SOUL, 1977[1]). Com esse espírito, Eduardo de Oliveira e Oliveira (1977), por exemplo, destacavam a necessidade de criação de uma "ciência para o negro", uma "sociologia negra", enquanto Beatriz Nascimento (1974) enfatizava a necessidade de se construir uma "história escrita por mãos negras", "uma história do homem negro". Esses anseios estavam marcados pela vontade tanto de produzir discursos científicos que extrapolassem os estereótipos e narrativas subalternizantes que povoavam as ciências sociais brasileiras no período, quanto de posicionar o sujeito negro como produtor e protagonista desse discurso. Como enfatizava veementemente Oliveira, esse projeto envolvia "um aspecto da maior relevância – revelar o negro como criatura e criador. Numa palavra: Sujeito" (Oliveira *apud* Trapp, 2018, p. 198-199).

Ratts (2009) lembra que intelectuais que atuaram na origem do "movimento negro de base acadêmica", como Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, fizeram também um trabalho de formação de intelectuais militantes, percorrendo o Brasil pelos espaços de educação formal e trabalhando com intelectuais "locais". Posteriormente, esse Movimento se espacializou de forma mais organizada pelo país por meio da criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs)[2] a partir da década de 1980. É importante mencionar aqui que tal movimentação nos anos 1980 influenciou o próprio Milton Santos, que, além de ser instigado pelo Movimento Negro a falar das relações raciais, foi convidado a participar como palestrante de diversos eventos que tinham como foco essa temática (ver Santos, 2002 [1989], 1996/1997, 2000). Paralelamente, alguns coletivos de estudantes negros surgiram nas instituições de ensino superior brasileiras. Um marco do crescimento do "Movimento Negro de Base Acadêmica" foi a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), em 2000. Mais recentemente e no âmbito da Geografia Brasileira, compreendemos que a criação de Grupos de Trabalho (GT) voltados para o tema em algumas seções locais da AGB também é um efeito da proliferação do Movimento, a exemplo do "GT de

1 https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=322s.

2 O *site* do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (CONNEABS) apresenta uma lista com 40 NEABs instalados em universidades e Institutos Federais de Educação em todas as regiões do Brasil. Disponível em: https://www.abpn.org.br/conneabs. Acesso em; 28 fev. 2022.

Relações Raciais e Interseccionalidades da AGB Niterói", do "GT de Geografia, raça e racismo da AGB Juiz de Fora" e do "GT Geografias em Perspectivas Negras (Gepene) da AGB Belo Horizonte".

Por fim, cabe destacar, no processo de emergência de debates sobre a questão racial na Geografia no Brasil, o efeito da implementação das ações afirmativas para inclusão de pessoas negras no ensino superior. Os debates sobre essas políticas no país ganharam força nos anos 2000, quando as primeiras iniciativas foram implementadas em universidades. Segundo Silvério e Medeiros (2016, p. 74), o debate público sobre ações afirmativas, principalmente os argumentos contrários, colocou em evidência a persistência da crença no mito da democracia racial como um suposto "elo social" brasileiro.

> Um elo extremamente poderoso que impediu, e impede, que alguns dos analistas e pesquisadores mais preparados no cenário nacional percebessem/percebam as mudanças sociais em curso no país, independentemente de seus diferentes impactos nas várias regiões, no que tange ao lugar das relações étnico-raciais na conformação das diferenças de tratamento nas práticas cotidianas.

Os autores chamam a atenção para o fato de que o Movimento Negro, ao interpelar o Estado brasileiro e cobrar ações efetivas de combate ao racismo, promovem uma desnaturalização das desigualdades. No entanto, é importante salientar que, apesar de todo o debate sobre a necessidade de ações afirmativas no Brasil estar fundamentado em diversos estudos anteriores (RELATÓRIO, 2005) que evidenciam as desigualdades de acesso a direitos básicos entre negros e brancos, ainda persiste, entre alguns estudiosos contemporâneos, um desinteresse pela questão racial.

Ratts (2010) aponta que, na Geografia, o período de 1970, que marcou o reaparecimento político do Movimento Negro brasileiro, foi, contraditoriamente, o momento em que o debate sobre raça sofreu um processo de "quase desaparecimento" diante da emergência da "classe social" como elemento central na análise geográfica, sobretudo de algumas correntes do marxismo. Entre os geógrafos contemporâneos, é possível identificar os efeitos desse apagamento em uma afirmação de Gomes (2002) no livro *A condição urbana*. Ao realizar uma comparação entre o Brasil e a França, ele faz a seguinte afirmação:

> Assim, na França, o debate da inclusão social, por exemplo, associa-se hoje à religião, à etnia, dados que no Brasil não são nem mesmo relevantes. No Brasil, por outro lado, a compreensão da dinâmica do espaço público deve levar em conta as grandes distinções de renda, elemento fundamental que na França se apresenta de forma muito menos eloquente ou, pelo menos, de maneira mais sutil (Gomes, 2002, p. 209).

Desnecessário nos aprofundarmos na discussão sobre o quanto esta afirmação é desvinculada da realidade. O que buscamos evidenciar aqui é que a persistência do mito da democracia racial entre geógrafos após a década de 1990, quando o Estado brasileiro assumiu oficialmente a existência do racismo no país durante o governo FHC, é anticientífica e está fundamentada em uma crença totalmente descolada dos fatos. A discussão sobre o que leva estudiosos da sociedade brasileira a continuar reproduzindo esse discurso passa pelo entendimento de que nenhum cientista é neutro e de que elementos de

sua subjetividade comparecem em suas análises, inclusive as ideologias que permeiam suas próprias interações de sociabilidade. Ratts (2010), apoiado em Moraes (2005), defende que o mito da democracia racial é uma ideologia geográfica, um discurso sobre o território brasileiro que constrói uma ideia de nação onde os diferentes grupos raciais convivem de forma harmônica.

Essa ideologia informa o pensamento social e aparece nas teorizações de alguns estudiosos das ciências sociais brasileiras. É a partir desse ponto de vista que eles olham para o seu "objeto" ou tema de estudo. Por outro lado, a entrada cada vez mais intensa de jovens negros (e militantes) nas universidades tem o potencial de introduzir novos pontos de vista, perspectivas e experiências nessas instituições, conforme evidencia o aumento de estudos sobre a questão racial na Geografia a partir dos anos 2000, isso se deu quando o número de pessoas negras no ensino superior começou a crescer em decorrência da adoção de ações afirmativas (Fernandes, 2020). Isso pode ser compreendido como mais um estágio do desenvolvimento do "Movimento Negro de Base Acadêmica". Alguns dos intelectuais e pesquisadores negros(as) que conseguem se inserir e permanecer no espaço acadêmico assumem um compromisso com a luta antirracista em seus trabalhos, constituindo-se como intelectuais-militantes, o que não ocorre sem conflitos. Ao estudar as trajetórias do que chama de "intelectuais/ativistas negros", Ratts (2009) afirma que eles se defrontam com contradições, como o desejo de construir uma autonomia e individualidade, sendo pertencentes ao Movimento Negro: "[...] construir espaços negros coletivos e (re)aproximar-se das comunidades negras *versus* fazer carreira individual (na verdade, junto aos círculos brancos hegemônicos)" (Ratts, 2009, p. 92).

Como exemplo, essa contradição aparece em diferentes momentos da carreira de Andrelino Campos, geógrafo negro que compôs o GTAR na UFF nos anos 1980 e cujo trabalho acadêmico foi majoritariamente dedicado à construção de um marco teórico para os estudos da questão racial na Geografia Urbana. Em sua tese de doutorado, Campos (2006) aborda alguns dos embates que enfrentou ao ocupar a "dupla posição" de intelectual/militante:

> Assentar conhecimentos, experimentar, demonstrar postulados e propor entendimento sobre alguns problemas referentes à temática tornarão esta pesquisa complexa em todos os seus aspectos: político, intelectual e responsável. Político no sentido de que serão assumidas posições que se confrontam com outras estabelecidas fora e dentro do movimento negro. Não há por que concordar com ou enaltecer aquilo em que não cremos, pois o que se pretende é valorizar posições que satisfaçam os pontos de vista assumidos em cada setor com que assumimos o compromisso de trabalhar. É bom esclarecermos que as contraposições assumidas aqui e ali nunca serão pessoais, apenas acadêmicas (Campos, 2006, p. 20).

No prefácio do livro publicado a partir de sua dissertação de mestrado, "*Do quilombo à favela*", o orientador da pesquisa, Marcelo Lopes de Souza, também reflete sobre os desafios enfrentados por Campos durante o mestrado e descreve o geógrafo como "[...] um caso de coerente, sinérgica e inspiradora conjunção de caráter e obra, vida e trabalho" (SOUZA, 2005, p. 14). Souza afirma que o trabalho de Campos é um marco intelectual e político no âmbito da Geografia brasileira e destaca a importância do ponto de

vista diferenciado do geógrafo no desenvolvimento da pesquisa, concluindo que os debates teóricos nas ciências sociais nunca são isentos de "sotaque". O que as Geografias das relações étnico-raciais e Negras fazem, nesse sentido, é assumir esse "sotaque" e teorizar a partir dele.

Das Geografias das relações étnico-raciais às Geografias Negras

Ainda que as abordagens que tratem das relações raciais e das questões negras na Geografia na atualidade possuam raízes diretas e indiretas na imaginação política e no projeto teórico do "movimento negro de base acadêmica" e tenham como influência perspectivas teórico-epistemológicas diversas (como, por exemplo, a Geografia Feminista, o Feminismo Negro, o Movimento de Mulheres Negras, a Geografia Crítica, as *Black Geographies,* o Pensamento de(s)colonial), nos debates atuais, notamos deslocamento entre a Geografia das relações raciais (ou étnico-raciais) e as Geografias Negras. Isso é percebido, primeiramente, na forma como autores e grupos vêm nomeando suas buscas por incorporar na interpretação geográfica o tema das relações raciais ou da negritude: em um primeiro momento isso foi qualificado como "geografia das relações raciais" (Santos, 2011, 2012; Oliveira, 2011), leituras da "espacialidade das relações étnico-raciais" (Ratts, 2010) ou interpretações da "dimensão racial do espaço" (Guimarães, 2015) e, nos anos recentes, há a assunção do termo "Geografias Negras" (Cirqueira *et al.*, 2020).

Embora latente nessas terminologias, notamos câmbios de ordem teórico-epistemológica nessas abordagens, cujos marcos[3] mais recentes são, além do Manifesto (2019) citado, a realização da Seção Temática "Geografias das Relações Étnico-raciais e Geografias Negras" e da mesa-redonda "Geografias Negras no debate contemporâneo", no Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (2018); a publicação do "Dossiê Geografia Negras" (Cirqueira *et al.*, 2020) e, derivada dessa coletânea, a realização do "Colóquio Virtual Geografias Negras" (2020), bem como a realização, pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da *live* "Geografia Negras no Espaço" (2020), com participação da professora Geny Guimarães e dos professores Renato Emerson e Alex Ratts. Há nessas atividades uma série de reflexões concernentes ao campo da Geografia que tocam em questões como: autoria, "objeto"/"sujeito" do conhecimento, reconhecimento/legitimidade do saber, política da produção do conhecimento, disputas epistêmicas etc. São "questões abertas", como alude Ratts (2020); assim, apresentaremos um ponto de vista diante dos debates em torno principalmente dos qualificantes "Geografias das relações étnico-raciais" e "Geografias Negras".

Primeiramente, é sintomático o fato de essas atividades mencionadas terem ocorrido fora do âmbito disciplinar da Geografia. Isso demonstra, por um lado, a dificuldade do *mainstream* em absorver essas discussões – com algumas exceções, como é o caso

3 Ressaltamos que a AGB desde 2010 vem inserindo atividades, mesas e grupos de trabalho que tratam das relações étnicas e raciais nos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG). Devido à dificuldade de acesso aos documentos desses eventos, não os abordaremos aqui.

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

da AGB; por outro, fica expresso o esforço de geógrafos negros e negras para levar essa discussão para o interior do campo geográfico – a partir das margens. Acreditamos que essa não aceitação se expressa no próprio jogo de acionamento das nomenclaturas: "Geografia das Relações étnico-raciais" e "Geografias Negras". Tendo em vista que nos anos 2000-2010 o campo da Geografia se mostrava impermeável a esses temas, foi pelo diálogo com a Sociologia e a Antropologia das relações raciais que grande parte dos geógrafos calibraram suas abordagens sobre as "questões negras" e, consequentemente, construíram diálogos a partir do campo da Geografia[4]. Acreditamos que essa tenha sido uma estratégia para fundamentar e validar as abordagens no interior da disciplina – a despeito da ausência de um diálogo com a tradição geográfica sobre a temática racial (Cirqueira, 2015). Assim, um movimento lógico e em consonância com os debates do período foi qualificar essas abordagens de "Geografia das relações raciais ou étnico-raciais".

Por outro lado, as "Geografias Negras" emergiram como um dos efeitos tardios do movimento negro de base acadêmica. Os corpos que ingressaram nas universidades trouxeram consigo uma série de experiências, conhecimentos e exigências a essas instituições brasileiras (Gomes, 2017). Ainda que seja necessário medir com mais agudeza o impacto teórico e epistemológico, é notável como esse processo influenciou o conjunto de instituições que validam e legitimam a produção do conhecimento nas Universidades, no que diz respeito ao reconhecimento de saberes e conhecimentos produzidos por grupos e pessoas negras[5]. Mesmo que de forma limitada, geógrafos negros e negras obtiveram mais abertura para experimentar e propor elaborações no âmbito da teoria geográfica, além de as circunstâncias favorecerem a compreensão das experiências e saberes negros como elementos constitutivos na formação socioespacial brasileira. Podem ser mencionadas, como exemplos pontuais, as leituras sobre as formas e existências físicas e simbólicas que extrapolam o racismo nas economias espaciais urbanas negras (Vaz, 2020) e as formações espaciais negras dissidentes, autônomas e relacionais (Monteiro, 2020; Anjos, 2009).

Frente a isso, do ponto de vista teórico, dois aspectos devem ser destacados no câmbio entre as "Geografias das relações étnico-raciais" e as "Geografias Negras". A primeira corrente foca principalmente no fenômeno do racismo e seus efeitos na produção de desigualdades e hierarquias no e pelo espaço. Por exemplo, Guimarães (2015, p. 75) ressalta que "a dimensão racial do espaço (...) inclui pensar o espaço geográfico formado imerso no fenômeno do racismo, capaz de promover a formação e transformação das relações interpessoais no espaço". Consequentemente, o âmago das leituras e abordagens dessa perspectiva é constituir uma "Geografia Antirracista" (Santos, 2012; Oliveira, 2011; Guimarães, 2015). Um impasse dessa perspectiva, no entanto, é que as leituras, interpretações e análises ficam condicionadas aos desdobramentos e fluxos do

4 Em uma análise da bibliografia dos autores que buscam realizar uma discussão teórica sobre o conceito e sentido de "Geografia das Relações raciais ou étnico-raciais", nota-se a ausência de um diálogo ou uma inflexão com o campo da Geografia no que toca a esse tema (cf. RENATO 2012; OLIVEIRA, 2012).

5 A retomada e a relativa aceitação, nas universidades, de intelectuais negros(as) na atualidade são exemplos (cf. Nascimento, 2021; Gonzalez, 2020).

racismo, o que limita as análises/ações a tentar compreender e dirimir seus efeitos. Ao estabelecer uma crítica acerca disso, McKittrick (2021) enfatiza que demonstrar que a raça é socialmente construída não desloca seu sentido biocêntrico; de fato, habilita e galvaniza o biológico da/na identidade, uma vez que continua reproduzindo os princípios de identificação (centrados na pele, carne, ossos etc.). Assim, de acordo com a autora, é importante estar atento ao racismo e aos desdobramentos da raça; contudo, não se pode tomá-los como os únicos definidores das vidas e das experiências negras[6]. Em nossa perspectiva, é impossível compreender a realidade socioespacial brasileira sem o uso da categoria raça, entretanto é importante notar que esse conceito, para o bem e para o mal, comporta em seu núcleo epistemológico conceituações que remetem à própria ciência racialista do séc. XIX – e que por vezes reproduzimos sem ponderação. A questão se centra não em negar, mas em jogar analiticamente com a categoria raça, sem nos integramos ao seu projeto primordial, que envolve a produção de diferenças essencializantes e desumanizantes.

As “Geografias Negras”, por outro lado, buscam constituir uma reflexão ontológica, centrada na população negra, sobre o discurso geográfico e a experiência geográfica. Uma consequência disso é desimplicar a reflexão geográfica dos efeitos do racismo unicamente, o que supõe ampliar as possibilidades interpretativas e epistemológicas. Enquanto as “Geografias das Relações Étnico-raciais” expressam concepções do campo da sociologia e da antropologia das relações raciais tradicionais e, consequentemente, visões que restringem a posição de um pesquisador distanciado dos “objetos” e sujeitos da pesquisa, bem como a ideia implícita da população negra como “objeto de pesquisa”, as Geografias Negras pulverizam e questionam o lugar do(a) “cientista” e as fronteiras que envolvem a relação sujeito/objeto e pesquisador/pesquisado. É assumido o caráter imanente da geografia ou do espaço na experiência humana, a “geograficidade” (Dardel, 2011), o que torna impossível uma mirada neutra, atópica, anacrônica e espectral. Nesse sentido, é reivindicado um conhecimento corporificado ao se enfatizar um sujeito-pesquisador comprometido e engajado não somente com o conhecimento que está sendo produzido, mas também com os sujeitos da pesquisa. Entendendo que não há uma indissociabilidade literal e absoluta entre a experiência do espaço e uma reflexão sobre o espaço, o sujeito pesquisador, na concepção das Geografias Negras, para utilizarmos os termos de Eduardo de Oliveira, é “criador e criatura” na produção do espaço e na produção do conhecimento geográfico.

É importante enfatizar que miradas e análises a partir das Geografias Negras, em nosso entendimento, não são produzidas exclusivamente por pessoas negras. Reconhecemos que o fazer científico envolve um processo de dar sentido ao mundo por meio do discurso, algo que não está ligado a um sujeito universal ou singular, sendo um processo aberto. Contudo, é importante reconhecer que pesquisadores transferem sensibilidades e experiências vividas para seus estudos (Collins, 2002; Haraway, 2009; Ramos, 1995). Isso coloca, de alguma forma, as pessoas negras como sujeitos que apresentam um ponto de vista específico para as interpretações a partir das Geografias

6 Como um desdobramento dessa discussão, ver Gilroy (2007) e Hall (2015).

Negras – uma vez que estas não são apenas uma perspectiva ou o objeto do conhecimento, mas, também, uma forma de ser, estar e agir sobre o mundo[7]. Baseadas nas discussões sobre o "negro desde dentro" de Guerreiro Ramos, as proposições acerca da "metodologia desde dentro" de Guimarães (2020) evidenciam as possibilidades e limites da produção de um conhecimento em Geografia que articule a subjetividade, as experiências e os saberes de pessoas negras. Uma das contribuições aqui é evidenciar como a subjetividade de pessoas brancas tem dominado a imaginação e as práticas teórico-metodológicas na Geografia – por meio de formulações que assumem ver, acessar e organizar eticamente o mundo a partir de uma perspectiva estável (branca, patriarcal, heterossexual e eurocêntrica) – e desqualificado (direta ou indiretamente) outras perspectivas geográficas – uma vez que organiza, nomeia e representa as diferenças sociais e determina como essa ordem espacial deve ser.

Nesse sentido, devem ser apontadas também as relações de poder que atravessam a produção do conhecimento científico. Processos de reconhecimento acadêmico são condicionados por hierarquizações racializadas-generificadas. Assim, além de buscar questionar o eurocentrismo, o patriarcado, o colonialismo e o racismo que prevalecem como lógicas determinantes no processo de reconhecimento e produção do conhecimento, busca-se romper com formas de conhecimento extrativistas e objetificantes. Reconhece-se que é fundamental a legitimidade da fala, contudo, sem cair em armadilhas personalistas que marcam a "academia eurobranca". Perspectivas centradas nas Geografias Negras buscam criar formas de coletividade, identificação e reconhecimento sem beneficiar as estruturas individualistas, racistas e patriarcais que marcam as instituições universitárias, bem como construir comunidades de aprendizagem, cooperação e solidariedade que prezem pela produção de um conhecimento de uso comum e voltado para a justiça social (cf. Cirqueira *et al.*, 2020; Lima-Papayá *et al.*, 2021; Live ABPN, 2020; Guimarães *et al.*, 2022;).

As Geografias Negras focalizam a experiência geográfica de indivíduos e grupos negros no Brasil e na diáspora e buscam conformar lentes teóricas para compreender as existências e as espacialidades negras, que são distintas, porém relacionais em sociedades pós-coloniais e pós-escravistas com a de outros grupos étnicos e raciais – notadamente brancos (Fanon, 2008). Não se pretende negar os efeitos da escravidão na existência negra, mas enfatizar como ela afetou e afeta deliberadamente a experiência espaço-temporal e a geograficidade das populações negro-africanas. Dentre as várias rupturas causadas pela violência do tráfico negreiro, a ruptura com o ecúmeno (Ferdinand, 2019), ou seja, a interrupção da relação com lugares, comunidades, plantas, astros, animais etc., e a impossibilidade de religação produziram traumas e processos de subjetivação visíveis ainda hoje nas comunidades negras diaspóricas. Do mesmo modo, busca-se romper com a objetificação da população negra e com interpretações que focam

7 Há um debate semelhante no Brasil sobre a literatura negra, realizado no final dos anos 1970 e na década seguinte, no qual é reconhecido que esta e outras artes negras são feitas por pessoas negras que em determinado momento de suas trajetórias incorporam as questões negras e o debate racial em suas produções (CUTI, 2010). O manifesto "Por uma geo-grafia negra" traz igualmente essa afirmação. De modo semelhante, a literatura indígena é feita por indígenas.

apenas nos processos de violência, dominação, subalternização e expropriação. Sem negar a história de violência e do racismo que atravessa a experiência da população negra no passado e no presente, centra-se nas "r-existências" e agências da população negra no espaço (e para interpretar o espaço), e privilegia-se a geografia expressiva e "in-visível" na busca por construir espaços onde o racismo não prevaleça. Assim, a intenção é compreender as pessoas negras não como objetos de pesquisa, mas como agentes e sujeitos na produção de um conhecimento que busque, acima de tudo, confrontar violências sociais e epistêmicas.

É importante mencionar que, especificamente no Brasil, o racismo institui o "lugar de negro" (Gonzalez, 1982) ou o "negro como lugar" (Santos, 2015), instâncias constituídas de elementos simbólicos e físicos que determinam os limites sociais e espaciais da existência negra na sociedade. No entanto, a população negra reverte radicalmente os limites enclausurantes do "lugar de negro" em possibilidades políticas, simbólicas, culturais, teóricas etc. É no espírito dessa tradição de r-existência negra que as Geografias Negras se ancoram para constituir suas interpretações e ações no/pelo espaço.

Com o adjetivo "Negro" em Geografia, os(as) pesquisadores(as) buscam, por um lado, demarcar uma perspectiva, um prisma no bojo da Geografia enquanto uma disciplina acadêmica. Em outros termos, buscam enfatizar que o foco das abordagens se centra na história, na cultura e nas experiências espaciais negras. Assim como outros campos da Geografia acadêmica, frente à amplitude temporal e conceitual do termo "Geografia" e de sua história disciplinar, buscaram demarcar seus focos analíticos (Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Política, Geografias Feministas etc.), as Geografias Negras, como um ato político, buscam evidenciar um horizonte analítico para questionar ausências no cânone geográfico acadêmico, que privilegiou como perspectiva ou "objetos" de análise aspectos delimitados por visões eurobrancas de mundo. Isso não quer dizer que o adjetivo "negro" seja passível de unidade e homogeneidade, como aponta Santos (Live ABPN, 2020). O termo "negro", do ponto de vista identitário, é polissêmico e comporta uma diversidade ampla de existências e formações (Hall, 2015; Live ABPN, 2020). Deve-se reconhecer essa diversidade, sem negar que existem processos que unifiquem a identificação e, consequentemente, processos espaciais que se articulem tendo como centro as experiências negras. Tudo isso "sem garantia" de certezas absolutas (Hall, 2003).

Há, do mesmo modo, uma tentativa de trazer à cena as geografias (com "g" minúsculo) da população negra, marcadas por uma história fundada pelo processo de escravidão, mas, ao mesmo tempo, por ações de resistência e sublevação, bem como evidenciar as formas cotidianas de existência, que não se restringem à resistência e que constituem modos de afeto e bem-viver em comunidade. É importante ressaltar que essa geografia não é algo isolado, mas relacional e conectado com a totalidade da sociedade brasileira; tanto no sentido de construir comunidades de linguagem isentas de distinção e discriminação racial, quanto na constituição de processos racistas que relegam o ônus às pessoas negras e automaticamente redistribuem o bônus para pessoas brancas.

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

Nos tópicos seguintes abordaremos alguns temas e questões que emergem com frequência dentre as preocupações do "movimento negro de base acadêmica" e que foram assimilados nas abordagens das Geografias das relações étnico-raciais e das Geografias Negras. Interseccionam-se as demandas apresentadas no manifesto "Por uma Geo-grafia Negra" (2018) os levantamentos que sintetizam a produção no campo geográfico brasileiro sobre as relações étnico-raciais (Cirqueira e Corrêa, 2014; Fernandes, 2020; Oliveira, 2020; Santos, 2018; Silveira e Melo, 2021) e os ensaios teóricos e interpretativos (Cirqueira, 2015; Marcelino, 2020; Lenzi e Nogueira, 2021; Ratts *et al.*,, 2017; Souza *et al.*, 2020). Partimos dessas referências para tratar de três tópicos no âmbito da Geografia: as espacialidades do (anti)racismo e da negritude; os territórios (existenciais) negros, os quilombos; e por uma Geografia Escolar negra. Ainda que não sumarizemos a totalidade da discussão sobre as Geografias das relações étnico-raciais e Negras, acreditamos que esses tópicos demonstrem os diálogos – nem sempre nítidos – entre movimento social e pesquisadores negros(as), a continuidade de tradições do pensamento político negro e o movimento teórico-epistemológico para as Geografias Negras.

As espacialidades do (anti)racismo e da negritude

No Manifesto (2019), é afirmada uma compreensão da etnicidade, da racialidade e da africanidade como constituintes do espaço (brasileiro) em sua ontologia. Por exemplo, Santos (2012, p. 38) argumenta que a "raça", como um constructo social regulador de relações sociais, "constitui-se no espaço e com o espaço", e Malachias (2006) enfatiza que ideologias e relações raciais são indissociáveis de estruturas espaciais, onde, consequentemente, as "inscrições espaciais do racismo" podem ser observadas e analisadas a partir de "eventos, arranjos e do ordenamento" (Oliveira, 2011). Santos (2012, 2013), em um diálogo com Porto-Gonçalves, aciona a noção de geo-grafias para argumentar que as relações raciais, o racismo e o antirracismo são grafados no espaço, constituindo-o e sendo constituídos por ele. Para o autor, as relações raciais se manifestam na formação de "lugares" físicos e sociais para determinados grupos. "Podemos falar, portanto, de expressões espaciais das relações raciais, do racismo e das lutas antirracistas" (Santos, 2013, p. 30).

Nesse sentido, um dos objetos de estudos nos quais as questões para esse campo podem ser observadas é o espaço urbano, onde evidencia-se principalmente a segregação, tema mais constante nos estudos desenvolvidos por Campos (2006). Para o geógrafo, as relações raciais resultam do "preconceito velado" na sociedade brasileira; como consequência disso, sentimentos e práticas discriminatórias marcam o espaço, sendo a segregação a expressão dessa marca. Por outro lado, o geógrafo também busca relacionar a segregação socioespacial que atinge principalmente a população negra com a elaboração de estratégias para ocupar espaços negados, afirmando o papel desta como agente de produção do espaço. Em *Do quilombo à favela*, Campos (2005) chama atenção para o fato de que poucos estudos abordam as dinâmicas socioespaciais da população mais pobre; e a maior parte destaca o papel das elites dominantes como

orientadoras da ocupação do espaço, atribuindo menor importância às práticas espaciais de outros grupos sociais, os quais o autor afirma que também são "fazedores da história sociopolítico-espacial da cidade" (Campos, 2005, p. 67).

Em seus estudos, portanto, Campos não se limita a apontar os rebatimentos espaciais do racismo, o que não deixa de ser uma tarefa árdua, mas também valoriza as estratégias de resistência elaboradas pelos grupos segregados espacialmente. Alguns geógrafos negros(as) têm buscado afirmar a população negra como ente social e repensar as "marcas" raciais no espaço para além da segregação, compreendendo que os sujeitos negros também são atores das dinâmicas socioespaciais. São exemplos disso os trabalhos que buscam refletir sobre o apagamento e "soterramento" e, ao mesmo tempo, dar visibilidade a presença espacial negra em cidades brasileiras (cf. Vieira, 2017; Nogueira, 2018; Guimarães, 2015).

O termo "Geo-grafias" também é acionado por Guimarães (2020), que dá um novo sentido e acrescenta o adjetivo "negras". A geógrafa desenvolve o conceito de "Geo-grafias Negras" em uma articulação com as "escrevivências", termo cunhado pela escritora negra Conceição Evaristo e definido por Queiroz (2017) como uma escrita marcada pelas experiências e vivências das mulheres negras. "A ideia de *escrevivência* está relacionada com a produção de uma escrita que se baseia na trajetória socioespacial da escritora [...]" (Queiroz, 2017, p. 120). Guimarães (2020) propõe a transposição da noção de "escrevivência" do campo literário para a Geografia e desenvolve a ideia de Geo-grafias como metodologia que articula a Geografia e outras áreas do conhecimento, utilizando como exemplo a produção literária de autores negros. A autora estabelece ainda uma diferenciação entre Geo-grafias Negras (com hífen) e Geografias Negras (sem hífen). O segundo refere-se mais especificamente à produção teórica desenvolvida por geógrafos negros sobre a questão racial e a negritude, o que exige que sejam repensadas as formas de produção do conhecimento.

Ainda no que diz respeito à espacialidade da questão racial, Ratts (2010) aponta que os estudos sobre as questões étnicas e raciais podem abranger diferentes escalas. Em escala local, o conceito de lugar pode ser acionado para pensar as aldeias, os terreiros das religiões de matriz africana, os quilombos e a ocupação de espaços urbanos da cultura negra, como o *hip-hop* e as Congadas. No contexto nacional, a gama de possibilidades de pesquisa listadas pelo autor inclui a questão das terras e territórios indígenas e quilombolas e a relação entre raça, etnicidade e região. Na escala internacional, Ratts (2010) cita a constituição de sociedades africanas na antiguidade e sua configuração contemporânea, o chamado "Atlântico Negro", que enfoca as interações político-culturais entre Europa, África e Américas e os fenômenos nacionais e transnacionais produzidos nas Américas a partir da diáspora africana, como os quilombos. O autor também chama a atenção para os processos de intersecção entre raça, gênero e espaço, o que se condensa na corporeidade (Ratts, 2003).

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

Os territórios (existenciais) negros: quilombos

Os quilombos, também denominados “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “terras de preto”, são em si uma expressão geográfica negra na realidade brasileira. Grande parte dos geógrafos que têm abordado as relações étnico-raciais na Geografia tem ingressado nessas discussões via debate sobre os territórios quilombolas (cf. Silveira e Melo, 2021). Algo que deve ser notado, no entanto, é que uma parcela considerável dos estudos sobre os quilombos na Geografia não aborda a questão quilombola a partir de uma mirada racializada ou tendo como centro questões da negritude (Corrêa *et al.*, 2020), mas, sim, por meio da questão fundiária, através do conflito por terra-território, ou os interpretando como grupos tradicionais etnicamente diferenciados, com uma mirada a partir da Geografia Cultural. Isso invisibiliza o racismo que afeta o cotidiano dessas comunidades e lhes estorva o acesso a direitos, além de ocultar essas comunidades como parte de uma longa tradição negra de resistência na luta histórica contra a opressão racial.

Como demonstra a historiografia (cf. Gomes, 1995, 2012, 2015), essas comunidades de fugitivos existiram em todo o território brasileiro no período colonial, constituindo-se em uma marca espacial na formação socioespacial do país (Anjos, 2005; Monteiro, 2020). Isso demonstra que, diante do sistema colonial-escravista de produção do espaço, havia outras espacialidades contrastando e rivalizando com as lógicas hegemônicas. Essas espacialidades de r-existência constituíram um sistema de produção e organização social mais igualitário e alternativo ao sistema produtivo escravista. Obviamente, escapar não significava a fuga do mundo colonial-escravista ou sua transformação imediata (Ferdinand, 2019), contudo, constitui-se em uma forma de tensão no interior dessas estruturas. Isso era realizado através de fugas, mas também por meio de “guerrilhas” nas quais se realizavam ataques, saques e a libertação de escravizados nas *plantations*, o que influenciou na organização espacial das fazendas de *plantations* e no modelo de expansão do sistema escravista no Brasil (Gomes, 1995).

Nesse sentido, três aspectos influenciaram na reemergência do termo “Quilombo” no contexto brasileiro contemporâneo: i) o acionamento do termo “quilombo” por intelectuais e ativistas negros durante o século XX (Moura, 2014[1959]; Quilombo, 2003; Nascimento, 2021); ii) a inserção do termo como dispositivo de lei na Constituição Brasileira em 1988; iii) e a apropriação e ressemantização do campesinato negro da identidade política quilombola para a luta e a defesa da terra-território (Gomes, 2012; Arruti, 2006).

O campesinato negro, que durante o século XX viveu uma relativa tranquilidade em determinadas regiões e locais do país, acossada pela expansão do capital nos anos de 1970-1980, enxergou na ideia de quilombo, e posteriormente sua jurisprudência no âmbito federal, uma ferramenta de luta para a defesa da terra-território e de conexão com as raízes negro-africanas. A reativação da memória e a releitura do passado no presente levaram essas comunidades negras rurais a ressignificar suas identidades, sua relação com a terra e com a natureza e a constituir estratégias de resistência centradas na tradição histórica de resistência quilombola.

Como os geógrafos têm abordado o tema do quilombo? Os trabalhos de Campos têm uma relação direta com os debates e o projeto teórico de intelectuais negros(as) dos anos de 1980, notadamente as leituras de Beatriz Nascimento (2021) sobre o Quilombo. Ainda que o foco de seu principal livro, *Do Quilombo à favela* (Campos, 2005), seja a produção dos "espaços criminalizados" na cidade do Rio de Janeiro, Campos realiza um extenso debate demonstrando as conexões de estruturas espaciais na contemporaneidade com espacialidades negras do passado.

O geógrafo defende a tese de que "o quilombo transmutou-se em favela" (Campos, 2005, p. 77); foram realidades espaciais que, fora da ordem estabelecida, habitavam as áreas agrárias e as franjas da cidade imperial no pós-abolição e foram assimilados durante a expansão urbana do século XX. Campos entende que a favela representa, para a sociedade republicana, o mesmo que os quilombos representavam para a sociedade escravocrata. Enquanto os quilombolas significavam uma ameaça ao Império, os favelados constituem-se em "elementos indesejáveis" na República, sendo representados pelo Estado como o que o geógrafo denomina como "classes perigosas". Assim, a favela é interpretada não somente como o local precarizado e povoado por mão de obra barata na cidade capitalista e desigual, mas também como a transposição e continuidade de espacialidades negras do passado, notadamente dos quilombos, pois as favelas trazem em si a cultura "afro-brasileira", as formas de resistência negra e as lógicas de produção do espaço centradas na tradição quilombola.

Os trabalhos de Carril (1997, 2006) seguem essa mesma lógica, no entanto, com foco em São Paulo. A partir de uma mirada geográfica, ela evidencia como os processos de desigualdade social são atravessados por aspectos étnico-raciais; consequentemente, nem a categoria "camponês" abrange as diferentes realidades que compõem a relação com a terra no campo, nem a marginalização urbana se apresenta somente como recorte de classe social. Diante disso, ela evidencia como grupos sociais acionam a "representação" do quilombo para se contrapor à expropriação da terra no campo e para se opor à segregação social, espacial e racial na cidade. A identificação e a representação do quilombo tornam-se base para a sobrevivência física e cultural e uma forma de "reenraizamento" social e espacial. A complexidade que envolve a questão quilombola na cidade e no campo é analisada a partir de uma leitura territorial – com foco nas dinâmicas de segregação espacial e racial, bem como nos processos de resistência e luta por cidadania.

Os trabalhos de mapeamento dos quilombos realizados por Anjos (2000, 2005, 2009), entre as décadas de 1990 e 2000, em cooperação com a Fundação Cultural Palmares (FCP), foram muito importantes para demonstrar a extensa presença dessas comunidades no território brasileiro. O autor trabalhou com uma base de dados que envolveu fontes oficiais (como IBGE, Órgãos de Planejamento dos Estados e Instituições Universitárias) e entidades do movimento negro. Contrapondo a tese de que os quilombos estavam relegados ao passado colonial-escravista, os trabalhos cartográficos não só demonstraram a presença de quilombos em todas as regiões do Brasil, como também evidenciaram um amplo número de comunidades que passavam das quatro mil em 2005. Esse mapeamento em escala nacional foi um marco, pois deslocou os debates

sobre a questão quilombola dos contextos locais e regionais e evidenciou que se trata de um fenômeno nacional, tendo em vista sua ampla ocorrência no território. Também atestaram a necessidade de políticas públicas específicas para essas comunidades – que sofrem com os conflitos fundiários, a grilagem de terras e o racismo. Do mesmo modo, essas informações deram vazão à ampliação do movimento quilombola que, nesse momento, constituiu organizações com capilaridade nacional, como é o exemplo da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos), formada em 1995.

Uma das discussões que emergiram entre os geógrafos e historiadores foi sobre o "mito do isolamento" (Paula, 2003) dos quilombos no Brasil; ou seja, que quilombos no período colonial e no presente se constituíam em lugares ermos e distantes dos grandes centros e povoados. Como demonstram pesquisas históricas, no período colonial, essas comunidades se assentavam em localidades estratégicas – nem tão perto, nem tão longe – dos povoados e, além de articular redes de informação que envolviam taberneiros, comerciantes ambulantes, senzalas e mesmo senhores de engenho, participavam ativamente das economias locais e regionais (Campos, 2005). Casos exemplares, mas não únicos, foram as comunidades quilombolas que povoaram o entorno da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império no século XIX, que ajudaram a suprir a necessidade fundamental da cidade por lenha (Gomes, 1995). No presente, pesquisas vêm demonstrando as redes de parentesco que articulam quilombos em áreas rurais com comunidades em cidades médias e grandes. Longe de estarem distantes, os quilombos ou os quilombolas se recriam em bairros metropolitanos, dando um novo sentido à territorialidade e à identidade quilombola (Paula, 2003; Ratts, 1996).

As interpretações sobre territórios quilombolas vislumbram as formas de relação com a natureza, que envolvem práticas etnobotânicas e agroecológicas que singularizam as formas ecológicas quilombolas (Ferdinand, 2019). Como demonstra Gomes (2009), plantas e plantios se articulam a visões religiosas, ritos, manifestações culturais, hábitos alimentares, estéticas, arquitetura etc. Há uma indissociabilidade entre diversidade biológica e diversidade cultural nas formas ecológicas que prevalecem nos quilombos. Tendo em vista a dimensão violenta da escravização e transplantação forçada de pessoas para o Brasil, há nesses processos ecológicos quilombolas adaptação, hibridização e recriação, mas há, sobretudo, a manutenção de conhecimentos e plantas que foram herdados e mantidos por povos africanos no Brasil através de redes de saberes transmitidos oralmente e por práticas de cultivo (Ferreira, 2009; Rezende-Silva, 2008). A manutenção desses conhecimentos, através de costumes e tradições, dá sustento à reprodução material e simbólica do grupo, além de se constituir como uma forma de resistência frente ao ataque predatório do agronegócio e do latifúndio.

Na atualidade, vemos uma miríade de abordagens sobre os quilombos emergir no campo da Geografia. Alguns trabalhos têm ampliado as discussões sobre a importância e o impacto das comunidades quilombolas no processo de formação socioespacial brasileiro (Corrêa, 2016; Monteiro, 2020); do mesmo modo, enfatizam como esses territórios negros, para além de sua materialidade e formas específicas de relações, constituem cosmovisões fundadas no mundo africano (Cordeiro, 2021). Outras discussões

centram no diálogo entre o Ensino de Geografia e a Educação Escolar Quilombola. Os geógrafos, além de realizar uma crítica sobre o ensino e os materiais didáticos que não abordam as diferenças étnico-raciais, dentre elas as quilombolas (Corrêa, 2011), vêm construindo propostas pedagógicas que enxergam no território quilombola de cada comunidade a referência primordial para a construção do currículo (Carvalho e Cirqueira, 2019; Carril, 2017). É promissor, também, o diálogo que vem sendo estabelecido entre intelectuais quilombolas orgânicos (Bispo dos Santos, 2015; Dealdina, 2020) e pesquisadores, o que tem colocado em jogo um projeto e agenda de descolonização da epistemologia geográfica.

Por uma Geografia Escolar negra

No bojo da adoção de ações afirmativas no Brasil, a aprovação da Lei 10.639, em 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas do país, provocou os espaços educacionais a uma reflexão sobre a abordagem da temática racial nas práticas pedagógicas. Ratts (2018) aponta, no entanto, que este não é exatamente um tema novo para a Geografia Escolar. Segundo o autor, questões relativas a raça e gênero aparecem nos anos 1980 em textos identificados como pertencentes à vertente crítica da Geografia Escolar, como as discussões de Vesentini (1987) sobre a emergência de movimentos sociais que não se definem exclusivamente pela classe, a exemplo do movimento feminista e do movimento negro, e seus efeitos no marxismo; e o estudo de Paganelli (1987), que, ao analisar o ensino de Geografia para crianças, afirma que é "tarefa" dos professores discutir questões de gênero e raça durante o processo de aprendizagem infantil.

Apesar dos estudos citados, Ratts (2018) ressalta que, assim como na Pedagogia, a ciência geográfica contemporânea parece estar seguindo uma tendência de resistir à incorporação das temáticas de raça, gênero e sexualidade em suas abordagens, especialmente no Brasil, onde há uma primazia das noções de "multiculturalidade" e "diversidade". Na análise do autor, tais noções são assumidas no Brasil como uma renovação da ideia de "mestiçagem cultural", que carrega uma negação de demandas mais específicas dos grupos étnico-raciais subalternizados e age – pela suposta neutralidade – na reprodução do racismo e estereótipos. O questionamento desse tipo de abordagem da temática na Geografia Escolar e a proposição de caminhos para o ensino para as relações étnico-raciais e das matrizes afro-brasileiras na Geografia é um dos horizontes de interesse das Geografias das Relações étnico-raciais e Negras.

A Lei 10.639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e o ensino de Geografia são objeto de estudo do geógrafo Renato Emerson dos Santos (2013), que narra que percebeu a necessidade de desenvolver reflexões sobre a forma como a raça tem sido tratada nos conteúdos programáticos e nas práticas pedagógicas após um episódio vivido em sala de aula enquanto professor da disciplina de Geografia Agrária do Brasil. Após ministrar tópicos relativos à questão indígena e às comunidades remanescentes de quilombos, questionou a turma

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

sobre como esses assuntos poderiam ser trabalhados em sala de aula por eles, e um estudante respondeu que seria “quando ele fosse falar de África”. Destaque-se que o geógrafo decidiu inserir tais temas em suas aulas como uma opção orientada por seu pertencimento e por sua atuação na militância. Na análise de Santos (2013), a Geografia que tem sido praticada no Brasil, especialmente no espaço escolar, promove um ocultamento das perversidades do nosso padrão de relações raciais. Assim, a Lei 10.639/03 emerge como uma ferramenta para a construção de uma educação voltada para a igualdade racial, “[...] o que implica reposicionar o negro e as relações raciais no mundo da Educação – romper com silenciamentos sobre o racismo no cotidiano escolar, em conteúdos, em materiais e métodos pedagógicos, e na formação de professores” (Santos, 2011, p. 13).

O geógrafo afirma que aprender e ensinar Geografia possui o sentido de se posicionar no mundo em dois aspectos: conhecer sua posição no mundo e tomar posição, ou seja, se colocar como agente. “Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar” (Santos, 2013, p. 27). É importante compreender a potência dessa perspectiva para que todos os indivíduos entendam qual é a sua posição na estrutura de relações raciais e de que forma eles podem agir a partir dessa compreensão. É nesses termos também que o autor afirma que o ensino de Geografia pode ser instrumento de uma educação para a igualdade racial. Nesse sentido, ainda que a implementação da Lei 10.639/03 se aproxime dos 20 anos, os apontamentos sobre uma “agenda” para sua aplicação propostos por Santos permanecem atuais. Por exemplo, a ideia de que não basta incluir novos conteúdos, mas ressignificar temas e conteúdos tradicionais do ensino de Geografia; a revisão de práticas, materiais e métodos pedagógicos; não se restringir aos processos de ensino; e refletir sobre práticas, comportamentos e relações de poder no espaço escolar; e acionar as ações e lutas do Movimento Negro como referências pedagógicas para a produção do currículo (Santos 2011, p. 13). Do mesmo modo, alguns dos temas sugeridos por Santos (2013, 2011) para o cumprimento da Lei ainda aparecem de forma difusa nos conteúdos escolares, como: o debate raça e modernidade; o ensino de África; o branqueamento do território; as comunidades de remanescentes de quilombos; a segregação socioespacial de base racial no meio urbano; as experiências de espaço de indivíduos e grupos; toponímia/marcas históricas da presença negra, dentre outros.

Guimarães (2020), a partir da concepção de “Geo-grafias negras”, apresenta uma proposta metodológica para o ensino de relações étnico-raciais na Geografia escolar em uma articulação com outras áreas do conhecimento, citando o exemplo do uso da produção literária de autores(as) negros(as) em sala de aula. Além das propostas de práticas de ensino, existem alguns estudos que buscam analisar a forma como a temática racial é abordada nas salas de aula e nos livros didáticos. Ratts (2018) aponta que tais estudos pautam, ou devem pautar, as questões de raça, gênero e sexualidade a partir de diferentes abordagens.

Apesar das pesquisas citadas, cabe destacar que a Geografia parece ainda resistir à ampliação do diálogo sobre a temática racial no ensino, mesmo após a Lei 10.639.

Um exemplo dessa resistência é o lento crescimento no número de teses e dissertações sobre o tema. Em um levantamento publicado em 2014, Cirqueira e Corrêa não localizaram nenhum trabalho sobre a temática nos repositórios dos programas de pós-graduação brasileiros. Em outro levantamento, Fernandes (2020) localizou somente 12 estudos defendidos no período entre 1987 e 2018 em um universo de 126 pesquisas que abordam a questão racial na Geografia. Aparentemente, por um lado, os debates em torno das Geografias Negras estão direcionando maior atenção à abertura de um campo para o tema na ciência geográfica e à construção de bases teóricas para o campo temático nas Universidades. Por outro lado, as discussões que relacionam as Geografias das relações étnico-raciais e as Geografias Negras à educação têm sido realizadas nas faculdades de Educação, devido ao tradicional descaso com o ensino entre programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.

É digna de menção a recente publicação *Geografias Negras e estratégias pedagógicas* (Guimarães *et al.*, 2022), que busca trazer para o centro do debate teórico e epistemológico das Geografias Negras questões do ensino de Geografia. Nas leituras apresentadas nessa coletânea, o espaço escolar é compreendido como um *lócus* de produção do conhecimento – não somente um reprodutor de conhecimentos acadêmicos – que condensa experiências da juventude, em alguns casos negra e periférica. Essas referências dão outros sentidos à noção de Geografias Negras, além de ampliar seu escopo interpretativo a partir de outras linguagens, como os quadrinhos, a música, as artes visuais (pelo Grafite), *performances* corporais etc.; e apresentam outras lógicas de conhecimento, centradas principalmente no professor e no "chão da escola".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de apresentar um panorama do debate que toca as Geografias das relações étnico-raciais e as Geografias Negras é árdua diante da amplitude do horizonte temático e teórico, o que deve ser visto como algo positivo, pois indica que a Geografia brasileira está se movimentando (ou sendo movimentada) em direção a um fazer teórico e prático mais coerente com a nossa realidade socioespacial. É importante compreender, portanto, que não se trata exclusivamente de uma "Geografia sobre o negro", e sim de uma perspectiva que compreende a raça e a negritude enquanto construções sociais que regulam e condicionam relações em sociedade e, consequentemente, dinâmicas socioespaciais. Nesse sentido, o que está no escopo dessas perspectivas é uma provocação à ciência geográfica para que a questão racial e a negritude sejam incorporadas como horizontes interpretativos na disciplina. Cabe observar qual será o alcance desse movimento e como ele tem sido recebido no interior da comunidade de geógrafos.

As obras e textos discutidos apresentam um cenário dos estudos, agendas e ações no campo das Geografias das relações étnico-raciais e das Geografias Negras. O que se percebe à primeira vista é a diversidade de perspectivas em torno das experiências espaciais negras, as quais se mostram múltiplas e irredutíveis a uma única mirada no contexto brasileiro. Uma consequência disso é que, ainda que haja um conjunto de referências e

concepções compartilhadas, estas não são homogêneas e unidimensionais. Geógrafos(as) têm buscado analisar e resolver questões locais e regionais a partir de referências teóricas e combinações metodológicas relacionadas ao contexto e seus embates. O que vem sendo chamado de "ecletismo" ou "influências pós-modernas" é apenas a tentativa de ajustar a teoria geográfica ao contexto dos fenômenos que possuem características e problemáticas próprias (a despeito de dimensões relacionais e impactos do capitalismo global).

Longe de reduzir a um academicismo estéril, os pesquisadores que dialogam com essas perspectivas vêm politizar e diversificar o mundo acadêmico. Esse coletivo de geógrafos busca trazer pontos de vista distintivos e fraturar por dentro as estruturas universitárias, que não somente tiveram "o negro" como objeto, como também impactaram na produção de imaginários e políticas danosas para a vida da população negra. A Geografia, a disciplina do poder desde a colônia à modernidade capitalista (Noxolo, 2017), é tomada e operacionalizada por grupos subalternizados; nesse sentido, lógicas, epistemologias e práticas ligadas à disciplina não passam impunes. Um exemplo são as miradas para espacialidades vistas como degradantes ou irrelevantes pelo *mainstream*, mas que são importantes na agência espacial negra no Brasil. O quilombo, os terreiros, os clubes negros, as rodas de batuque, as irmandades etc. foram as formas que pessoas negras constituíram a fim de subverter a escravidão e as estruturas racistas no Brasil. Como muitos dos estudos tratados aqui demonstram, ao tempo que essas formações se tornaram modelos e símbolos para o discurso e a resistência negra, constituíram-se como espacialidades paradigmáticas para interpretações teóricas.

No entanto, um dos problemas que se notam ao cotejar as referências dos principais trabalhos das Geografias das relações étnico-raciais e Geografias Negras é a exígua interação entre geógrafos(as) negros(as). Em detrimento do uso de autores(as) negros(as) ou não negros(as) em voga, pouco dialogam teórica e metodologicamente entre si, e em alguns casos há menções alegóricas. À vista disso, acreditamos que, para a ampliação das abordagens das Geografias Negras, é fundamental um diálogo mais consistente e crítico entre geógrafas e geógrafos que trabalham com essas temáticas. Por outro lado, há ainda uma tendência a dialogar com outras disciplinas das Ciências Sociais. Apesar de a abordagem interdisciplinar oferecer contribuições férteis, os teóricos das Geografias das relações étnico-raciais e das Geografias Negras precisam se manter atentos à necessidade de constituir uma base teórica mais sólida para o campo a partir das ferramentas de análise oferecidas pela tradição geográfica, ou seja, não se limitar ao debate temático e avançar em direção a uma discussão teórica e epistemológica no campo geográfico. Isso inclui a tarefa de ampliar o diálogo e as provocações para a Geografia Física, tendo em vista que a maior parte dos estudos desenvolvidos até o momento está circunscrita ao campo da Geografia Humana.

Algo que se iniciou nos últimos anos, mas ainda deve ser ampliado, são os diálogos entre geógrafos negros da diáspora, principalmente nas Américas. Especialmente nos Estados Unidos, vem ocorrendo um movimento similar ao brasileiro, onde geógrafos negros e negras buscam conformar o campo de estudos denominado *Black Geographies* (Mckittrick e Woods, 2007). Ainda que trocas e intercâmbios venham ocorrendo, devido

a regimes de debates, tradições teóricas e relações institucionais de poder relativos a cada contexto, ainda não há um diálogo do ponto de vista teórico entre geógrafos negros brasileiros e estadunidenses. São interessantes aqui as críticas de Hawthorne (2009), ao enfatizar a necessidade de se provincializar os entendimentos sobre raça, racismo e negritude (*blackness*) da América do Norte. Na visão da autora, o momento atual permite que geógrafos e geógrafas se engajem nas circulações globais que envolvem o racismo e as políticas da negritude, bem como nas formas específicas de formação racial que se dão em diferentes contextos do globo. As experiências espaciais negras nas Américas são bastante similares; no entanto, é fundamental, como apontam Bledsoe e Wright (2019), para as "Geografias Negras" (Cirqueira *et al.*, 2020), as "Black Geographies" (Bledsoe *et al.*, 2017), as "Geografias Afro-latinamericanas" (Mosquera-Vallejo, 2022), pensar através das diferenças que atravessam a negritude e como elas se espacializam no interior de suas próprias localidades.

Nesse sentido, é necessário construir diálogos, trocas e intercâmbios no âmbito das Geografias Negras que mantenham o balanço entre o singular, o compartilhado, o relacional e o global. Uma das formas, como coloca Noxolo (2017), é evitar as velhas lógicas interativas e colonizantes da Geografia, que por tempos se estabeleceram como uma disciplina de exploradores que emergiram dos centros coloniais para mapear e reparar identidades nas consideradas periferias do mundo. Lembramos que importar teorias da Europa ou Estados Unidos e aplicá-las em outras localidades, mesmo que a partir da experiência negra, também é uma forma de colonialismo. Para contornar o embaraço de relações de poder entre o norte e o sul no que diz respeito à produção do conhecimento geográfico, é preciso estabelecer compreensões relacionais, interseccionais e transnacionais no tocante à experiência negra para conectar a diáspora negra através dos continentes. É fundamental constituir espaços de horizontalidade e cooperação mútua que prezem, principalmente, por uma comunicação multilíngue e multimodal para futuros diálogos (Noxolo, 2022 Hawthorne, 2019; Bledsoe e Wright, 2019), a exemplo do evento "Geografias Negras Globais – Global Black Geographies" (2022)[8].

Por fim, ainda que as Geografias das relações étnico-raciais e Negras estejam se constituindo no interior da Academia, é importante termos em mente que elas carregam o código rebelde das tradições negras de resistência. Instrumentalizar e jogar com os contextos, por mais desfavoráveis que sejam, está no *ethos* dessas tradições que anseiam por liberdade. Enfatizamos isso, pois o desejo aqui não é inserir mais uma temática ou "grupo étnico" no interior das universidades, mas desestabilizar as categorias de identificação conformadas pelo racismo no interior desse espaço; a pretensão aqui não é institucionalizar mais um campo acadêmico – mesmo que a instituição seja uma máquina de captura – mas conformar uma postura oposicional que se coloque em tensão permanente e produtiva com a universidade e a disciplina Geografia para um engajamento com as demandas da população negra para uma transformação social.

8 Informações sobre o evento podem ser acessadas no site: https://www.urbanstudiesfoundation.org/funding/grantees/global-black-geographies-racial-capitalism-and-black-urban-experiences/

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Paulina L. **Terms of inclusion**: black intellectuals in twentieth century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ANJOS, R. S. A. dos**. Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas, Editora & Consultoria, 2009.

ANJOS, R. S. A. dos. **Território das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil**: primeira configuração espacial. Brasília: Mapas Editora, 2000.

ANJOS, R. S. A. dos. **Territórios de comunidades quilombolas do Brasil**: segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

AZEVEDO, A. Geografia do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1975[1969].

BACKHEUSER E. A nova concepção da geographia. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, tomo XXXI, 1926-1927.

BISPO DOS SANTOS, A. B dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: UnB/INCTI, 2015.

BLEDSOE A.; EAVES L. E.; WILLIAMS, B. Introduction: black Geographies in and of the United States South. Southeastern Geographer. N. 57 v. 1, 2017. p. 6–11.

BLEDSOE, A.; WRIGHT, W. J. The pluralities of black geographies. **Antipode**, n. 51, v. 2, 2019. p.419-437.

BRAND, D. **A map to the door of no return**: notes to belonging. Toronto: Vintage Canada, 2002.

CAMPOS, A. de O. **O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes**: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Riio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, A. de O. **Do quilombo à favela**: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARRIL, L. de F. B. **Terras de negros**: heranças de quilombos. São Paulo: Scipione, 1997.

CARRIL, L. de F. B. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

CARRIL, L. de F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 539-564, abr.-jun. 2017.

CARVALHO, E.; CIRQUEIRA, D. M. Quilombo campinho da independência, Paraty (RJ): território étnico e a luta por uma educação diferenciada. **Interritórios**, v. 5, n. 8, p. 85–109, 22 jun. 2019.

CIRQUEIRA, D. M. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Niterói, UFF, 2015.

CIRQUEIRA, D. M.; CORRÊA, G. S. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**, v. 10, n. 13, p. 29–58, 2014.

CIRQUEIRA, D. M.; GUIMARÃES, G. F.; SOUZA, L. F. DE. Introdução do caderno temático "Geografias Negras". **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, Ed. Especial, p. 3-11, 12 abr. 2020.

CIRQUEIRA, D. M.; SOUZA, L. Nação, meio e raça no ensino de Geografia: apontamentos a partir de Delgado de Carvalho (1910-1930). *In*: ALBUQUERQUE, M. A. M. de; DIAS, A. M. de L.; CARVALHO, L. E. P.(org.). **História da geografia escolar**: fontes, professores, práticas e instituições. Curitiba: CRV, 2021. p. 124-343.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**. New York: Taylor & Francis, 2002.

CORDEIRO, P. R. DE O. Natureza no cosmosentir bantu e a questão ambiental. **Kwanissa**: **Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, v. 4, n. 10, 23 jul. 2021.

CORRÊA, G. S. Conteúdos possíveis a partir da Lei 10.639: as geografias das comunidades remanescentes de quilombo no território brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2011.

CORRÊA, G. S. Para descolonizar nossas narrativas: diversidades e territorialidades da resistência quilombola na formação do território brasileiro **(SYN)THESIS**, v. 9, n. 2, p. 16–30, 2016.

CORRÊA, G. S.; MONTEIRO, G. R. F. de F.; CIRQUEIRA, D. M. A questão quilombola na conjuntura atual: conflitos, desafios e r-existências. **Revista da Anpege**, 16(29), p. 249–284, 2020.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DARDEL, E. **O homem e a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE PESQUISADORES/AS Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 54-77, abr. 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/854. Acesso em: 14 jan. 2021

DEALDINA, S. dos S. (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

DEFFONTAINES, P. A população branca no Brasil. **Boletim Geográfico**, n. 32, ano III, p. 1069-1071, nov. 1945.

DOMINGUES, P. **A nova abolição. São Paulo**: Selo Negro, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERDINAND, M**. Une écologie décoloniale**: penser l'écologie depuis le monde caribéen. Le Seuil: Paris, 2019.

FERNANDES, Mariza. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (**ABPN**), [S.l.], v. 12, Edição Especial, p. 54-77, abr. 2020.

FERREIRA, S. R. B. **Donos do lugar**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. Tese de Doutorado – Instituto de Geociencias, Niterói: UFF, 2009.

GARCIA, J. C. **Caribeñidad**: afroespiritualidad y afroepistemología. Venezuela: Ministerio de Cultura, Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2006.

GOMES, F. dos S. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, F. dos S. **Palmares**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A**. Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (**ABPN**), v. 12, Edição Especial, p. 292-311, 13 abr. 2020.

GUIMARÃES, G. F. A Geografia desde dentro nas relações étnico-raciais. In: NUNES, M. D. dos R.; SANTOS, I. S. dos; MAIA, H. C. A. **Geografia e ensino**: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente. Salvador: Eduneb, 2018. p. 67-94.

GUIMARÃES, G. F. **Rio Negro de Janeiro**: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. Tese (Doutorado em Geografia) – Salvador: UFBA, 2015.

GUIMARÃES, G.; OLIVEIRA, D. A.; ROSA, D.; GIORDANI, A.; ALVES, B. (org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João, 2022.

HALL, S. Que "negro" é esse na cultura negra? *In*: SOVIK, L. (org.). Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. **Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, ano VIII, 2, p. 1, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

HAWTHORNE, C. Black matters are spatial matters: black geographies for the twenty-first century. **Geography Compass**, n. 13, 11, p. 1-13, 2009.

JORDAN, June. **Black studies**: bringing back the person. **Civil Wars**, Boston: Beacon Press, 1981. p. 59-69.

LA BLACHE, Vidal. Formation de Races. *In*: LA BLACHE, Vidal. **Principes de géographie humaine**. Paris: Norp-nop Editions, 2011.

LENZI, M. H.; NOGUEIRA, A. M. R. **Anotaciones sobre la construcción del campo de las geografías feministas latinoamericanas**: interacciones posibles entre pensamiento decolonial, geografías feministas y geografía de las relaciones raciales en Brasil. Mimeo. 2021.

LIMA-PAYAYÁ, J. S.; SILVA, L. C. S.; CORDEIRO, P. R. O. (org.). Pensamentos geográficos africanos e indígenas. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros**, São Luís, v. 4, n. 10, 2021.

LIVE ABPN – **Geografias negras no espaço**. Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as, 28 maio 2020. 1 vídeo (2h:09min). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CThOgsKxwhI Acesso em: 31 jul. 2020. Participação de Alex Ratts, Renato Emerson dos Santos, Geny Guimarães e Nicea Amauro.

MALACHIAS, A. C. Geografia e relações raciais: desigualdades socioespaciais em preto e branco. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – São Paulo: USP, 2006.

MARCELINO, J. da S. **Geografia, movimento negro e relações étnico-raciais**: um diálogo necessário. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – São Paulo: USP, 2018.

MARCELINO, J. da S.. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (**ABPN**), v. 12, Ediçãop Especial, p. 435-457, 12 abr. 2020.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. [s.l.] Editora Cobogó, 2021.

MCKITTRICK, K; WOODS, C. (org.). **Black geographies and the politics of place**. Toronto: South End Press Mitter S., 2007.

MCKITTRICK, K. **Dear science and other stories**. Durham, London: Duke University Press, 2021.

MCKITTRICK, K. Demonic grounds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MONBEIG, P. O homem branco e o meio tropical. **Boletim Geográfico**, n. 50, ano V, p. 123-125, maio 1947.

MONTEIRO, G. R. F. DE F. Panorama geohistórico dos quilombos no Brasil: notas para (re)pensar a formação territorial brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (**ABPN**), v. 12, n. Edição Especial, p. 361–388, 13 abr. 2020.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOSQUERA-VALLEJO, Yilver. Afro-Latin American Geography. In: REITER, B.; SÁNCHEZ, J. A. **Routledge Handbook of Afro-Latin American Studies**. Estados Unidos: Routledge, 2022.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014 [1959].

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2021.
NASCIMENTO, A. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, n. 68, v. 1, 1974, p. 44, 1974.

NOGUEIRA, A. M. R. Territórios negros em Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Florianópolis: UFSC/CFH, 2018.

NOXOLO, Pat. Geographies of race and ethnicity 1: black geographies. **Progress in Human Geography**, p. 1-9, abr. 2022.

NOXOLO, Pat. **Special section**: decolonising geographical knowledge in a colonized and re-colonising postcolonial world. Area n. 49, 3, 2017. p. 317–334.

OLIVEIRA, D. A. Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. UFF: Niterói, 2011.

OLIVEIRA, R. C. D. O Estado da arte das questões étnico-raciais nas pesquisas em ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, p. 163-186, 31 dez. 2020.

PAULA, Marise Vicente de. Kalunga: o mito do isolamento diante da mobilidade (Mestrado em Geografia) – UFG, 2003.

POR UMA Geografia negra. XIII Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2019. Disponível em: http://anpege.ggf.br/arquivos/documentos/41/79ac9da425b6e4525e0c8bd9d1c81085.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

PROGRAMAS de pós-graduação no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira.**

QUEIROZ, A. M. M. **Geo-grafias insurgentes**: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo. Tese (Doutorado em Geografia) – Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2017.

QUILOMBO: **Vida, problemas e aspirações do negro**. Edição fac-similar, dirigido por Abdias Nascimento, Rio de Janeiro, n. 1 a 10, dezembro de 1948 a julho de 1950. São Paulo: Editora 34, 2003.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RATTS, A. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará** (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 1996.

RATTS, A. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **Nguzu: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011.

RATTS, A. A diferença étnica e racial no espaço urbano-metropolitano de Goiânia. Comunicação apresentada no XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana realizado em Fortaleza, na UFC, de 8 a 12 de set. de 2015.

RATTS, A. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade – movimento negro de base acadêmica. *In*: PEREIRA, A. M.; SILVA, J. da (org**.). Movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 81-108.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica, sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, A. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, jan./jun. 2010.

RATTS, A. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia *In*: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, Edição Especial – Geografia e Relações Étnico-Raciais, 2020.

RATTS, A. **Gênero, raça e espaço**: trajetórias de mulheres negras. *In*: 27º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Anais, 2003.

RATTS, A. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, gênero, e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**, ano 31, v. 1, n. 46, fev. 2018, p. 114-141.

RATTS, A.; COSTA, B. P. da; SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, S. M. V. da. Geografia e Diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. *In*: **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 12, n. 18, p. 229-244, 2017.

RATZEL, F. Nationalitäten und Rassen. *In*: **Kleine Schriften II**. Munich e Berlin: Oldenbourg, 1906. p. 462-487.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.

REZENDE-SILVA, S. **Negros na Mata Atlântica**: territórios quilombolas e a conservação da natureza. Tese (Doutorado em Geografia Física) – USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, J. R. dos. **Épuras do social**: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. Rio de Janeiro: Global Editora, 2015.

SANTOS, M. F. dos. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros** (**ABPN**), v. 12, Edição Especial, p. 54–77, 12 abr. 2020.

SANTOS, Milton. O intelectual negro no Brasil. **Ethnos**, n. 1 (1), p. 7-10, 2002 [1989].

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. *In*: FERREIRA, A. M. T. **Na própria pele**. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000. p. 9-20.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Julio (ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imesp, 1996/1997. p. 133-144.

SANTOS, Renato Emerson dos. **O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais**: reflexões a partir da Lei 10.639.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na Geografia do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (org.). **Questões urbanas e racismo**. Rio de Janeiro: DP et al & ABPN, 2012. p. 36-67.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, ano VII. n. 1, 2011. p. 1-24.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre relações raciais no campo da geografia urbana brasileira: algumas notas introdutórias a partir dos eventos nacionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). *In*: COSTA, C. L.; RATTS, A. (org.). **Espaço e diferença**: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: UFG, 2018. p. 41-52.

SILVEIRA, A. da F. S.; MELO, E. C. Os estudos sobre os territórios de quilombo nas revistas brasileiras de Geografia (2000-2019). *In*: **Espaço & Geografia**, v. 24, n. 2, 2021. p. 50-69.

SILVÉRIO, V.; MEDEIROS, P. M. M. Ação afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil. *In*: ARTES, A. (org). **Ações afirmativas no Brasil**. São Paulo: Cortez, v. 2, 2016.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SOUZA, L. F. de; CIRQUEIRA, D. M.; SOUSA, P. P A. de; RATTS, A. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. *In*: MATOS, P. F.; COSTA, C. L. (org.). **Uma Geografia do século XXI**: temas e tensões. Curitiba: CRV, 2020. p. 41-61.

TRAPP, R. P. A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros** (**ABPN**), v. 10, n. 25, p. 194-121, 2018.

VAZ, Priscilla P. F. Diversidade econômica e geografia negra. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (**ABPN**), v. 12, Edição Especial, p. 389-417, 13 abr. 2020.

VIEIRA, D. M. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2017.

WOODS, C.; GILMORE, R. W. **Development arrested**: The Blues and plantation power in the Mississippi delta. 2. ed. London: New York: Verso, 2017.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, identity, the puzzle of conscious experience, and what it is like to be 'black. *In*: ed. Mercedes F. DURÁN-COGAN, M. F.; GÓMEZ-MORIANA, A. **National identities and sociopolitical changes in Latin America**. New York: Routledge, 2001.

SOBRE O/A AUTOR/A

DIOGO MARÇAL CIRQUEIRA – Professor de Geografia no Instituto de Educação de Angra dos Reis (UFF). É bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006) e mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos SócioSocio-Ambientais (Iesa-UFG) (2010). É doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (UFF) (2015) e esteve na condição de Visiting Scholar na University of Texas –- Austin (2013). Obteve no ano de 2011 a ?beca de Estudios Culturales? concedida pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias SocialesConselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso) realizado na Unuversidad Autonoma de Mexico (Unam). Atuou como professor de Geografia na Rede Municipal de Ensino de Goiânia entre os anos de 2007 e 2011 e foi um dos fundadores do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Descendentes da Universidade Federal de Goiás (NEAAD/UFG). Atualmente, compõe a equipe do programa ""Escolas do Território"" atuando junto as às escolas quilombolas de Paraty-RJ. Vem realizando pesquisas nas áreas relacionadas a história da Geografia e do pensamento geográfico, relações raciais, movimentos sociais e educação escolar quilombola.

E-mail: diogomc@id.uff.br

MARIZA FERNANDES DOS SANTOS – Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos SócioSocio-ambientais (Iesa) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Geografia pelo Iesa/UFG, na linha de pesquisas Dinâmicas SócioSocio-espaciais. Graduada em Comunicação Social –- Bacharelado em jornalismo pela UFG. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos SócioSocio-Ambientais ambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG) e do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Comunicação e Diferença, vinculado à Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Vencedora do Prêmio Pedro Krotsch de Estudios sobre la Universidad, edição 2017, e do Prêmio de Popularização da Ciência, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-GO), edição 2015. Integrante do Projeto de Pesquisa "Origens e destinos: uma avaliação da política de cotas universitárias e seus efeitos no mercado de trabalho", coordenada pela professora Flávia Mateus Rios e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro permanente da Comissão de Heteroidentificação da UFG. Pesquisa os seguintes temas: Ações ações afirmativas; relações étnico-raciais, comunicação e relações étnico-raciais, a temática racial na Geografia; interseccionalidade, decolonialidade e raça.

E-mail: mariza.fernandesdossantos@gmail.com